

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

CONCURSO PÚBLICO



Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo de prova discursiva. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo que pertencente aos que já tenham terminado as provas.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 As grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde o início, inteiramente marcadas pelo jogo. Como, por exemplo, no caso da linguagem, esse primeiro e 4 supremo instrumento que o homem forjou a fim de poder comunicar, ensinar e comandar. É a linguagem que lhe permite distinguir as coisas, defini-las e constatá-las, em resumo, 7 designá-las e com essa designação elevá-las ao domínio do espírito. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito 10 estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar 13 expressão à vida, o homem cria outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza. O puro e simples jogo constitui, nesse contexto, uma das principais bases da 16 civilização.

Johan Huizinga. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 7-8 (com adaptações).

Com referência às ideias do texto acima e às estruturas nele empregadas, julgue os itens a seguir.

- 1 As expressões “primeiro e supremo instrumento” (l.3-4), “maravilhosa faculdade de designar” (l.9) e “toda expressão abstrata” (l.11) referem-se à linguagem.
- 2 O autor argumenta que o jogo é uma das principais bases da civilização, contrariando a ideia corrente de que a sociedade é embasada na linguagem.
- 3 Os verbos “comunicar”, “ensinar” e “comandar”, quando complementados pelo pronome **a**, acentuam-se da mesma forma que “constatá-las”, “designá-las” e “elevá-las”.
- 4 Infere-se do penúltimo período do texto que o homem expressa o significado da vida por meio da poesia.

1 Os filósofos do Iluminismo observavam um preceito simples, mas obviamente muito poderoso. Quanto mais formos capazes de compreender racionalmente o mundo, e a nós mesmos, mais poderemos moldar a história para nossos próprios propósitos. Temos de nos libertar dos hábitos e preconceitos do passado a fim de controlar o futuro.

7 Segundo essa concepção, com o maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o mundo iria se tornar mais estável e ordenado. O romancista George Orwell, 10 por exemplo, anteviu uma sociedade com excessiva estabilidade e previsibilidade — em que nos tornaríamos todos minúsculos dentes de engrenagem de uma vasta máquina social e econômica.

13 O mundo em que nos encontramos hoje, no entanto, não se parece muito com o que eles previram. Em vez de estar 16 cada vez mais sob nosso comando, parece um mundo em descontrole. Além disso, algumas das influências que, supunha-se antes, iriam tornar a vida mais segura e previsível 19 para nós, entre elas o progresso da ciência e da tecnologia, tiveram muitas vezes o efeito totalmente oposto. A mudança do clima global e os riscos que a acompanham, por exemplo, 22 resultam provavelmente de nossa intervenção no ambiente. Não são fenômenos naturais. A ciência e a tecnologia estão inevitavelmente envolvidas em nossas tentativas de fazer face 25 a esses riscos, mas também contribuíram para criá-los.

28 Deparamo-nos com situações de risco que ninguém teve de enfrentar na história passada — das quais o aquecimento global é apenas uma. Muitos de novos riscos e incertezas nos afetam onde quer que vivamos, não importa 31 quão privilegiados ou carentes sejamos. Eles estão inextricavelmente ligados à globalização. A ciência e a tecnologia tornaram-se elas próprias globalizadas.

Anthony Giddens. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 13-4 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos às ideias do texto acima e às estruturas nele empregadas.

- 5 O desenvolvimento proporcionado pela ciência e pela tecnologia, ao contrário do que a concepção iluminista fez supor, não resultou em “estabilidade e previsibilidade” (l.11).
- 6 O emprego da primeira pessoa do plural, no texto, revela subjetividade, característica própria dos textos argumentativos, que expressam sempre o ponto de vista do autor.
- 7 O emprego do futuro do pretérito em “iria se tornar” (l.8-9) e “nos tornaríamos” (l.11) justifica-se por terem as previsões dos filósofos iluministas se concretizado.
- 8 Em “não se parece muito com o que eles previram” (l.15), o pronome “que” tem como antecedente o pronome “o”, que se refere a “mundo” (l.14).
- 9 O autor desenvolve raciocínio indutivo para defender tese acerca dos riscos que o aquecimento global representa para o mundo atualmente.
- 10 O emprego do sinal indicativo de crase em “ligados à globalização” (l.31) é facultativo, pois o termo “globalização” poderia ser empregado, nesse contexto, de forma indeterminada, indefinida e, conseqüentemente, sem o artigo definido.

1 Observou-se, ao longo da história, não uma
 2 condenação, mas uma espécie de cortina de silêncio iniciada
 3 com Platão, cujo veto ao riso atingiu indiretamente o legado de
 4 Demócrito (nascido em 460 a.C.), chamado de “o filósofo que
 5 ri”. Infelizmente, da lavra de Demócrito pouco restou. O
 6 rastilho daquele lampejo que fez o cérebro do filósofo brilhar
 7 após a gargalhada apagou-se no mundo medieval. A
 8 valorização cristã do sofrimento levou a um desprezo geral
 9 pelo riso. Por conta desse renitente veto ao riso, figuras pouco
 10 conhecidas foram desaparecendo da sisuda história da filosofia.
 11 Com algumas exceções, filósofos sisudos e sérios se esquecem
 12 de que os mecanismos de compreensão e recompensa tanto dos
 13 conceitos filosóficos quanto das piadas são construídos da
 14 mesma matéria. Em uma explanação filosófica ou em uma
 15 anedota, o que o ouvinte mais teme é ser enganado. Neste caso,
 16 o “quem ri por último ri melhor” é apenas outra versão da frase
 17 que diz: “Quem ri por último não entendeu a piada”. A
 18 revelação que as piadas ou frases de duplo sentido
 19 proporcionam é um dos *insights* de maior efeito entre as
 20 pessoas. O que os filósofos chamam de “iluminação”, os
 21 humoristas intitulam “solavanco mental” da anedota.

22 A capacidade de rir surge inerente ao homem, mas o
 23 sentimento do humor é raro, pois envolve a capacidade de a
 24 pessoa se distanciar de si mesma. “Eu sempre rio de todo
 25 mundo que não riu de si também.” Esse foi o dístico que
 Friedrich Nietzsche sugeriu escrever em sua porta, em **A Gaia
 Ciência**. Frase típica de um filósofo gaiato. Literalmente.

Elias Thomé Saliba. Na cortina de silêncio. In: CartaCapital. Ano
 XII, n.º 673, 23/11/2011, p. 82-3, (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas do texto acima, julgue os itens
 subsequentes.

- 11 Seria mantida a correção gramatical do período caso a
 preposição “de”, em “chamado de ‘o filósofo que ri’” (l.4-5),
 fosse omitida.
- 12 Os termos ‘iluminação’ (l.20) e ‘solavanco mental’ (l.21)
 exercem a mesma função sintática.
- 13 Segundo o texto, a frase ‘quem ri por último ri
 melhor’ (l.16) tem o mesmo sentido quando aplicada tanto a
 explanações filosóficas quanto a anedotas.
- 14 Depreende-se do texto que a habilidade necessária para
 compreender desde a mais complexa explanação filosófica até
 a mais simples piada é a mesma.
- 15 O autor utiliza a frase de Nietzsche ‘Eu sempre rio de todo
 mundo que não riu de si também’ (l.24-25) como argumento a
 favor da ideia de que a capacidade de rir é inerente ao homem.

Considerando a finalidade, a natureza e o estilo da redação oficial,
 julgue os itens de 16 a 20.

- 16 A redação oficial tem por finalidade pautar a maneira pela qual
 os órgãos públicos e as empresas privadas redigem atos
 normativos e comunicações, sendo caracterizada por uma
 linguagem impessoal, calcada no uso formal da língua.

17 A redação oficial deve pautar-se em uma linguagem
 transparente, inteligível, concisa e uniforme, de forma a não
 permitir mais de uma interpretação.

18 A adequação da linguagem dos atos e comunicações oficiais é
 um fator importante. Em razão desse aspecto, devem-se
 respeitar as características regionais e publicarem-se os atos
 oficiais de modo diferenciado para cada região.

19 O caráter de impessoalidade decorre, fundamentalmente, de
 dispositivo da Constituição da República de 1988, segundo o
 qual: “A administração pública direta, indireta ou fundacional,
 de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito
 Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de
 legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e
 eficiência (...)”.

20 A adequação de linguagem dos atos e comunicações oficiais,
 a concisão e a clareza são requisitos essenciais da redação
 oficial. Todos devem pautar-se na modalidade padrão da
 língua.

O ano de 2011 foi marcado pela chamada Primavera Árabe, uma
 série de revoltas em países árabes contra regimes ditatoriais, alguns
 instalados há décadas. A respeito da chamada Primavera Árabe,
 julgue os itens a seguir.

21 Na Tunísia, país onde se iniciaram as revoltas, o partido
 islâmico foi o vencedor das primeiras eleições realizadas no
 país, alcançando a maioria absoluta dos votos, controlando,
 assim, sozinho, o parlamento e o governo nacional.

22 A queda da ditadura de Hosni Mubarak no Egito não significou
 o fim de conflitos entre muçulmanos e cristãos coptas, minoria
 religiosa que sofre frequentes ataques.

23 Há fortes indícios de que o antigo líder líbio, Muammar
 Kadhafi, tenha sido executado sumariamente pelos rebeldes
 pouco após a sua captura.

24 No Egito, o antigo presidente Hosni Mubarak, após deixar o
 poder, foi levado a julgamento, sob a acusação de ser
 responsável pela morte de ativistas que protestaram contra seu
 regime.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em outubro de
 2011 a respeito de recurso extraordinário proposto por bacharel que
 questionou a obrigatoriedade da aprovação no exame de ordem para
 que bacharéis em direito possam exercer a advocacia.

Internet: <<http://veja.abril.com.br>> (com adaptações).

No que diz respeito à decisão do STF mencionada no fragmento de
 texto acima, julgue os próximos itens.

25 Os ministros do STF votaram pela constitucionalidade da
 exigência de aprovação em exame da Ordem dos Advogados
 do Brasil apenas para bacharéis em direito formados a partir de
 2011.

26 Considerando a dificuldade da prova, o STF resolveu que a
 elaboração do exame de ordem não deverá mais ficar a cargo
 exclusivo da Ordem dos Advogados do Brasil, devendo incluir
 representantes dos mais diversos setores da sociedade.

RASCUNHO

O ano de 2011 foi marcado pela discussão a respeito da criação e instalação de uma Comissão da Verdade com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil em parte do século XX. A respeito da natureza e das características dessa comissão, julgue os itens subsequentes.

- 27 Em casos excepcionais e desde que haja grande clamor social, a lei que criou a Comissão da Verdade permite que venham a ser investigados crimes cometidos durante a ditadura de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo.
- 28 Em razão dos acordos que permitiram a criação da Comissão da Verdade, deverão obrigatoriamente dela participar pessoas que tenham cargos executivos em partidos políticos, de modo a garantir maior participação da sociedade nesse órgão investigativo.
- 29 Uma das principais críticas à Comissão da Verdade provém do Poder Judiciário, que se opõe ao fato de a comissão ter recebido poderes para condenar penalmente pessoas que venham a ser consideradas culpadas pela prática de crimes políticos.
- 30 O trabalho de investigação da Comissão da Verdade deverá abranger o período que vai de 1946 até a data promulgação da Constituição Federal de 1988.

Por ocasião da apuração da frequência dos 21 servidores de uma repartição pública no mês de julho de 2011, indicou-se por S_x o conjunto dos servidores que faltaram ao serviço exatamente x dias úteis naquele mês, sendo $0 \leq x \leq 21$. Indicando por N_x a quantidade de elementos do conjunto S_x , julgue os itens a seguir.

- 31 O conjunto $S_0 \cup S_1 \cup S_2 \cup \dots \cup S_{21}$ contém todos os servidores da repartição.
- 32 Há dois números inteiros a e b , com $0 \leq a \leq 21$ e $0 \leq b \leq 21$, tais que o conjunto $S_a \cap S_b$ é não vazio.
- 33 Se $N_3 = 5$, então 5 servidores faltaram exatamente 3 dias no mês de julho de 2011.
- 34 Se os conjuntos S_0, S_1, S_2, S_3 e S_4 forem não vazios, então a probabilidade de um servidor da repartição, selecionado ao acaso, ter faltado ao serviço no máximo 4 dias úteis no mês de julho de 2011 é igual a $\frac{N_4}{21}$.
- 35 Se cada servidor que não faltou ao trabalho em nenhum dia útil de julho de 2011 ganhasse um dia de folga nos primeiros cinco dias úteis de janeiro de 2012, e se $N_0 = 10$, então existiriam $\frac{10!}{2^5}$ maneiras distintas de distribuir esses servidores de modo que exatamente 2 tirassem folga a cada dia.

A fim de minimizar o risco de desvios de recursos públicos por meio da segregação de funções, uma repartição estabeleceu as seguintes regras para os processos de aquisição de bens/serviços:

- R1: Se o servidor participa da elaboração das especificações técnicas, não participa do julgamento das propostas;
- R2: Se o servidor participa do julgamento das propostas, não atesta o recebimento dos bens/serviços;
- R3: Se o servidor atesta o recebimento dos bens/serviços, não ordena seu pagamento.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 36 A negação da proposição R3 é equivalente a “O servidor atesta o recebimento dos bens/serviços e ordena seu pagamento”.
- 37 Um servidor que tenha participado da elaboração das especificações técnicas para a aquisição de determinado produto e posteriormente tenha ordenado seu pagamento, não tendo participado de outras etapas, terá quebrado as regras estabelecidas pela repartição.
- 38 A proposição “Se um servidor participa da elaboração das especificações técnicas, então não atesta o recebimento dos bens/serviços” é uma conclusão válida a partir das premissas R1 e R2.
- 39 Supondo-se que cada etapa deva ser realizada por apenas um servidor, então o número mínimo de servidores que a repartição deve ter de modo a cumprir as regras estabelecidas é igual a 4.
- 40 Se P e Q representam, respectivamente, as proposições “O servidor participa da elaboração das especificações técnicas” e “O servidor participa do julgamento das propostas”, então a regra R1 pode ser representada por $P \rightarrow (\neg Q)$.

Julgue os itens a seguir, acerca da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP).

- 41 A LONMP insere o Ministério Público (MP) na estrutura do Poder Judiciário, por ser este essencial à função jurisdicional do Estado, assegurando-lhe a autonomia funcional, administrativa, financeira e, em especial, a competência para editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos e carreiras e dos serviços auxiliares.
- 42 Ao membro ou servidor do MP é vedado manter, sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil, salvo em cargo ou função de confiança.
- 43 Nos termos da LONMP, a criação de órgãos e serviços de apoio administrativo do MP do estado depende de lei específica, cuja iniciativa é exclusiva do governador do estado, desde que solicitada pelo procurador-geral de justiça.
- 44 As funções confiadas aos promotores de justiça, nos termos expressos da LONMP, incluem o dever de atender a qualquer do povo e tomar as providências cabíveis, desde que a demanda esteja circunscrita na esfera de suas de atribuições.
- 45 A escolha do procurador-geral de justiça poderá recair sobre qualquer membro da carreira, integrante de lista triplíce, a ser nomeado pelo chefe do Poder Executivo, para exercer a chefia do MP, com mandato de dois anos, permitida uma recondução, e para, na forma da LONMP, representar o MP judicial e extrajudicialmente.

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 12/1993, julgue os itens que se seguem.

- 46 As procuradorias de justiça são órgãos da administração do MP, com cargos de procurador de justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções ministeriais, sendo obrigatória a presença do procurador de justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva procuradoria de justiça.
- 47 O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão integrado pelo procurador-geral de justiça, pelo corregedor do MP, como membros natos, e por mais quatro procuradores de justiça, tem a incumbência de fiscalizar e superintender a atuação do MP.
- 48 A norma complementar em apreço atribui competência ao Colégio de Procuradores de Justiça para deliberar, por iniciativa de um quarto de seus integrantes ou do procurador-geral de justiça, acerca do ajuizamento de ação civil para a perda do cargo de membro vitalício do MP.
- 49 O corregedor-geral do MP é membro nato do Conselho Superior do Ministério Público e, entre suas atribuições institucionais, encontra-se a competência para instaurar, de ofício ou por provocação, sindicância ou processo disciplinar contra membro da instituição.
- 50 A norma complementar em questão assegura ao órgão de execução do MP a competência para exercer o controle externo da atividade policial, por intermédio de medidas judiciais e administrativas, podendo o representante desse órgão ingressar em estabelecimentos policiais, civis ou militares, ou em instituições prisionais, bem como ordenar a imediata soltura de presos encontrados em situação irregular.

RASCUNHO